Data de Aprovação: 18 / 06 / 2025

A RELATIVIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE DA VÍTIMA COMO VIOLAÇÃO À EVOLUÇÃO LEGISLATIVA E JURISPRUDENCIAL NA PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

José Carlos Soares da Silva Filho¹
Emmanuelli Karina de Brito Gondim
Moura Soares²

RESUMO

Este trabalho aborda a evolução legislativa e jurisprudencial de proteção às crianças e adolescentes, bem como expõe como a relativização da vulnerabilidade da vítima, por meio de decisões dos tribunais, pode violar a evolução legislativa e jurisprudencial de proteção às crianças e adolescentes. A presente pesquisa se concentra no impacto que as decisões dos tribunais, ao interpretar de forma flexível, podem enfraquecer os avanços legislativos e jurisprudenciais que foram conquistados ao longo dos anos, avanços que garantem a proteção integral de crianças e adolescentes, estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e pelos tratados internacionais. A metodologia adotada será uma análise bibliográfica de literatura, com ênfase em livros e artigos mais atuais e relevantes sobre o tema. A pesquisa analisa o contexto histórico e jurídico em que as crianças e adolescentes estiveram inseridos, como eram vistos e como estão sendo tratados nos dias atuais, sendo estes, hoje em dia, reconhecidos como sujeitos plenos direitos. Entretanto, com a relativização dos tribunais acerca da vulnerabilidade da vítima, minimiza-se a proteção integral e fere o avanço legislativo e jurisprudencial alcançado por este grupo. Esta pesquisa é inteiramente relevante pois reflete sobre os riscos de retrocesso em direitos que foram conquistados por um público que necessita de cuidados e atenção.

Palavras-chave: Crianças e adolescentes. Proteção integral. Atendimento ao melhor interesse. Relativização da vulnerabilidade.

¹ Discente do curso de Direito no Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: jc9682567@gmail.com

² Docente do curso curso de Direito no Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN). E-mail: emmanuelli@unirn.edu.br

RELATIVIZING THE VULNERABILITY OF THE VICTIM AS A VIOLATION OF LEGISLATIVE AND JURISPRUDENTIAL EVOLUTION IN THE PROTECTION OF CHILDREN AND ADOLESCENTS

ABSTRACT

This paper addresses the legislative and jurisprudential developments in the protection of children and adolescents, and also shows how the relativization of the vulnerability of victims, through court decisions, can violate the legislative and jurisprudential developments in the protection of children and adolescents. This research focuses on the impact that court decisions, when interpreted flexibly, can have on the legislative and jurisprudential advances that have been achieved over the years, advances that guarantee the full protection of children and adolescents, as established by the Federal Constitution of 1988 and by international treaties. The methodology adopted will be a bibliographical analysis of literature, with emphasis on the most current and relevant books and articles on the subject. The research analyzes the historical and legal context in which children and adolescents were inserted, how they were seen and how they are being treated today, and they are now recognized as subjects with full rights. However, with the relativization of the courts regarding the vulnerability of victims, full protection is minimized and the legislative and jurisprudential advances achieved by this group are undermined. This research is entirely relevant because it reflects on the risks of regression in rights that were conquered by a public that needs care and attention.

Keywords: Children and adolescents. Full protection. Service to the best interest. Relativization of vulnerability.

1 INTRODUÇÃO

A proteção dos direitos de crianças e adolescentes é uma conquista construída ao longo de muitas décadas, em resposta a uma realidade em que as crianças eram vistas, por muito tempo, como propriedades da família ou apenas como uma força de trabalho a ser explorada. Essa visão desconsiderava a necessidade de um cuidado especial e de uma proteção que respeitasse a vulnerabilidade dessa fase

da vida.

A proteção às crianças e adolescentes é fruto de uma evolução normativa e histórica que se consolidou tanto no plano internacional quanto no nacional. No cenário global, o século XX marcou uma mudança significativa na forma como a infância passou a ser encarada pela comunidade internacional.

Entretanto, após todo este avanço na política de proteção, atuais decisões dos tribunais, nos casos de estupro de vulnerável, no que pertine a menores, estas decisões têm relativizado a vulnerabilidade das vítimas, prática que compromete a proteção integral às crianças e adolescentes, bem como vai na contramão de todo avanço da política de proteção, pois gera precedentes que justifica violações de direitos fundamentais, enfraquecendo todo o avanço conquistado durante as últimas décadas.

O intuito deste trabalho é vislumbrar: como a relativização da vulnerabilidade da vítima, por meio das decisões dos tribunais, pode violar a evolução legislativa e jurisprudencial de proteção às crianças e adolescentes, com o intuito de abordar como essas decisões estão indo na contramão de todo o avanço legislativo de proteção às crianças e adolescentes – já alcançado durante todo este tempo –, relativizando a vulnerabilidade, em casos de estupro de vulnerável, das vítimas menores de idade.

Por meio desta análise, espera-se contribuir para o debate acadêmico e jurídico sobre a necessidade de alinhamento das decisões dos tribunais superiores em consonância com os avanços legislativos, tratados internacionais e as jurisprudências que garantem a proteção integral à infância e à adolescência. A proteção de crianças e adolescentes também encontra fundamentos expressos no Direito Civil e no Direito Penal, que atuam de forma complementar para garantir o pleno desenvolvimento e a dignidade dos menores.

No âmbito civil, o Código Civil de 2002 estabelece, por meio do artigo 1.520, com a redação dada pela Lei nº 13.811/2019, a proibição absoluta do casamento de menores de 16 anos, mesmo em casos excepcionais como gravidez. Essa alteração legislativa foi um marco importante na proteção da infância e adolescência, pois encerrou uma prática culturalmente tolerada que, muitas vezes, legitimava a união entre agressores e vítimas como forma de escapar da responsabilização penal. O objetivo da norma é preservar os direitos da criança e do adolescente, reconhecendo sua condição de pessoa em desenvolvimento e sua

incapacidade para consentir validamente em relações conjugais.

De forma complementar, o Código Penal, por meio do artigo 217-A, define como estupro de vulnerável a prática de conjunção carnal ou outro ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos, independentemente de seu consentimento, experiência sexual anterior ou existência de relacionamento com o agente. Trata-se de uma presunção legal absoluta de vulnerabilidade, o que significa que, mesmo havendo aparente consentimento da vítima, a infração penal está caracterizada. Essa previsão penal tem como fundamento a proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes, reconhecendo que, nessa faixa etária, não há maturidade suficiente para compreender plenamente o alcance de seus atos ou para resistir a pressões, manipulações ou coerções.

Tanto o Código Civil quanto o Código Penal, portanto, estabelecem barreiras protetivas essenciais para garantir que crianças e adolescentes não sejam expostos a casamentos precoces ou a relações sexuais abusivas. Essas normas refletem o compromisso do ordenamento jurídico brasileiro com os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança, previstos na Constituição Federal de 1988 (art. 227) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e devem ser interpretadas de forma rigorosa diante de tentativas de relativização da vulnerabilidade infantojuvenil.

A metodologia utilizada para este trabalho foi o método bibliográfico, indutivo, dedutivo e qualitativo, que consiste na análise bibliográfica e nas interpretações de livros, artigos científicos, legislação e jurisprudência. Por meio deste método, foi possível realizar uma ampla revisão sobre o tema e ter uma compreensão melhor a respeito. A análise das fontes bibliográficas foram fundamentais para embasar as reflexões e argumentações apresentadas neste trabalho.

2 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO CONTEXTO INTERNACIONAL E NACIONAL

O primeiro grande marco na evolução legislativa foi a Declaração de Genebra, de 1924, elaborada pela então Liga das Nações, que reconheceu a criança como um ser que necessita de cuidados especiais e afirmou que “a humanidade deve à criança o melhor de seus esforços”. Embora não tivesse força obrigatória, esse documento foi o ponto de partida para a formulação de políticas públicas de proteção à infância em

vários países. Mas, com o passar dos anos, especialmente com o advento do século XX, após discussões acerca dos direitos humanos, a sociedade passou a enxergar que a infância e a adolescência são fases da vida que precisam de proteção, amparo e cuidado especial.

A Declaração dos Direitos da Criança, proclamada em Genebra, no ano de 1924, estabeleceu os primeiros princípios para assegurar o bem-estar das crianças, reconhecendo a sua vulnerabilidade e necessidade de cuidado por parte da sociedade. O documento destaca que “homens e mulheres de todas as nações reconhecem que a humanidade deve dar à criança o melhor que tem” (UNICEF[...], 1924). Nesse sentido, posteriormente, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 reforçou o compromisso global com a dignidade humana, incluindo os direitos infantis, ao proclamar: “toda criança tem direito a medidas especiais de proteção e assistência” (UNICEF [...], 1948, Art. 25, §2º).

Em 1959, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou a política de Declaração dos Direitos da Criança, consagrando dez princípios que visavam à promoção de direitos fundamentais como saúde, educação e proteção contra todas as formas de exploração. Este avanço culminou, no ano de 1989, com a Convenção dos Direitos da Criança, aderida por diversos países, no qual o Brasil também se tornou signatário, que introduziu o conceito de “melhor interesse da criança” como eixo central de decisões que versassem sobre menores de idade (UNICEF [...], 1990).

No Brasil, a trajetória legislativa também percorreu uma transformação gradual, abandonando progressivamente a forma de desvalorização à dignidade das crianças e adolescentes. O primeiro marco normativo foi o Código de Mello Matos, instituído pelo Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, considerado o primeiro Código de Menores do Brasil, que regulamentava o atendimento a menores em situação de abandono ou que cometessem infrações. A legislação tratava esses jovens como objetos de intervenção do Estado, adotando a doutrina da situação irregular, sem assegurar-lhes garantias ou direitos, marcada por uma perspectiva autoritária, centrada mais na disciplina e no controle do que na efetivação de direitos.

Posteriormente, foi editado o Código de Menores, instituído pela Lei nº 6.697/79, que, embora tenha modernizado a legislação anterior, ainda se baseava em um modelo repressivo, centrado na institucionalização como principal resposta

à violação de direitos. O foco permanecia em crianças e adolescentes em condição de abandono, risco moral ou prática de atos infracionais, autorizando, inclusive, medidas punitivas como o internamento compulsório. Assim, a atuação estatal era centrada no controle social desses jovens, não em sua proteção integral. A proteção, portanto, era seletiva e condicionada ao comportamento ou à situação de risco.

As crianças e adolescentes não eram vistas como pessoas sujeitas de direito, mas apenas eram vistas apenas sob uma perspectiva tutelar e repressiva, como evidenciado nos Códigos de Mello Mattos e no Código de Menores do Brasil, a proteção de crianças e adolescentes nesses diplomas normativos, anteriores à Constituição de 1988, era marcada por uma perspectiva autoritária, centrada mais na disciplina e no controle do que na efetivação de direitos.

Com o advento da Constituição Federal de 1988, sendo o Brasil signatário dos tratados internacionais, com relação às políticas de proteção às crianças e adolescentes, houveram mudanças significativas no ordenamento jurídico brasileiro, pois, as crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidas como sujeitos de direitos tendo a proteção integral por parte do Estado e da sociedade. Segundo Machado (2003, p. 145), assim, se o ordenamento jurídico confere um sistema de garantias ao cidadão criança ou adolescente, e sistema especial de garantias fundado na sua condição peculiar e mais vulnerável, evidente que esse sistema de garantias é conferido a todas as crianças e adolescentes.

A Constituição Federal assegurou às crianças e adolescentes a proteção integral (Art. 227), reconhecendo as crianças e adolescentes como prioridades absolutas, posteriormente consolidado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Lei nº 8.069/1990), a qual revogou expressamente o Código de Menores (Lei nº 6.697/1927).

Além desses marcos estruturantes, diversas legislações complementares reforçaram esse processo de consolidação da proteção jurídica. Entre elas, destaca-se a Lei nº 12.010/2009, que aperfeiçoou o sistema de adoção com foco na convivência familiar e comunitária; a Lei nº 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância, que definiu diretrizes para políticas públicas voltadas ao desenvolvimento integral de crianças até seis anos; e a Lei nº 13.811/2019, que alterou o Código Civil para proibir, de forma absoluta, o casamento de menores de 16 anos, medida essencial para a erradicação do casamento infantil e o fortalecimento da proteção à infância.

A evolução dos direitos das crianças e adolescentes se consolidou, no Brasil, com o advento da Carta Cidadã, a Constituição Federal de 1988, pois esta Constituição reconheceu o público infantojuvenil como sendo estes, sujeitos de pleno direito, rompendo com a cultura de negligência que marcaram as constituições anteriores. A Constituição Federal de 1988 consagrou como dever de toda sociedade zelar pelos direitos das crianças e adolescentes. Vejamos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (Brasil, 1988).

Ao longo da história, crianças e adolescentes sempre estiveram inseridos em um contexto de domínio. Nesse sentido, o pai, chefe da família, exercia o pátrio poder, sendo ele o responsável pela família, a este incumbia tomar todas as decisões dos filhos, ou seja, estes não possuíam autonomia.

Esse instituto teve disciplina nos artigos 233, 379 e 380 do Código Civil de 1916, o qual consagrava o pátrio poder. Vejamos o que diz o que diz estes artigos do Código Civil de 1916:

Art.233. O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.
[...]
Art. 379. Os filhos legítimos, ou legitimados, os legalmente reconhecidos e os adotivos estão sujeitos ao pátrio poder, enquanto menores.
Art. 380. Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade (Brasil, 1916).

Nesse sentido, apenas o pai exercia função de tutela e poder sobre os filhos, indo na contramão da proteção integral, conforme aduz Rolf Madaleno (2024, p. 707), "a expressão pátrio poder induzia à noção de um poder do pai sobre os filhos, afigurando-se incoerente com a igualdade dos cônjuges, indo de encontro à doutrina da proteção integral dos filhos como sujeitos de direitos".

Com o advento do Código Civil de 2002, o pátrio poder perdeu essa nomenclatura, sendo substituído por poder familiar, não sendo mais algo privativo do pai, mas, sim, de ambos os pais, bem como de toda a sociedade. O princípio da proteção integral como regra básica, garante o direito a uma existência digna, respeito,

vida familiar e comunitária, o qual toda a sociedade deve ofertar às crianças e adolescentes, conforme ventilado pela Carta Magna.

Portanto, como ressalvado pela Constituição Federal, no artigo 227, é dever de todos assegurar os direitos das crianças e adolescentes, não sendo mais algo privativo do pai, conforme também preconizado pelo artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), “aos pais incumbe o dever de sustento, guarda e educação dos filhos menores, cabendo-lhes ainda, no interesse destes” (Brasil, 1990).

Nesse sentido, dispõe Rolf Madaleno (2024, p. 707), “o poder familiar tem como foco constitucional os melhores interesses da criança e do adolescente, e não mais a supremacia da vontade do pai, chefe da sociedade familiar”.

Assim, a Carta Política de 1988, no artigo 229, estabelece que os pais têm a obrigação de criar, educar e assistir os filhos menores. Por sua vez, o Código Civil de 2002, que revogou o Código Civil de 1916, consolidou a disciplina da Constituição Federal de 1988, revogando o pátrio poder, rezando o poder familiar, conforme dispõe o artigo 1.634.

Portanto, no que tange à evolução dos direitos infantojuvenis, toda essa evolução legislativa de proteção às crianças e adolescentes representa um marco para a construção de uma sociedade igualitária, essencial e fundamental para, em tese, tornar seguro o ambiente das crianças e adolescentes.

2.1 IDADE NÚBIL NO BRASIL E O CASAMENTO DE MENORES DE DEZESSEIS ANOS

A idade núbil, trata-se da idade mínima para contrair matrimônio. O Código Civil de 2002, no artigo 4º, disciplina os relativamente incapazes para certos atos ou à maneira de os exercer, sendo assim, a partir dos dezesseis anos, portanto, os relativamente incapazes podem, desde que acompanhados pelos pais, podem manifestar seus desejos, conforme dispõe Rolf Madaleno (2024, p. 115):

Aos dezesseis anos as pessoas têm a possibilidade de manifestar a sua vontade (CC, art. 4º), conquanto estejam devidamente assistidas por seus pais ou responsáveis, enquanto os menores de dezesseis anos são considerados totalmente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil (CC, art. 3º), gerando a necessidade de sua representação.

O Código Civil de 1916 estabelecia, em seu artigo 214, que “podem,

entretanto, casar-se os referidos menores para evitar a imposição ou o cumprimento de pena criminal” (Brasil, 1916). Essa antiga previsão legal, herdada de uma lógica patriarcal e repressiva, permitia que agressores sexuais escapassem da responsabilização penal mediante a formalização do casamento com a vítima, prática comum em casos de estupro presumido. Nesse sentido, o casamento era visto como uma forma de extinção da punibilidade em casos de estupro presumido, o que permitia que agressores se esquivassem das consequências legais constituindo núcleo familiar com suas vítimas, menores de idade. Seguindo a lógica do Código Penal da época, cuja redação do artigo 107, inciso VII (revogado) dispunha que “extingue-se a punibilidade: pelo casamento do agente com a vítima, nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI da Parte Especial deste Código” (Brasil, 1940). Essa excludente de punibilidade abrangia os crimes previstos nos artigos 213 a 220 do Código Penal.

Com o advento da promulgação da Lei nº 11.106/2005 marcou um grande avanço na proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes ao revogar os incisos VII e VIII do artigo 107 do Código Penal. Ao eliminar essa possibilidade, a nova redação do Código Penal passou a refletir uma postura mais protetiva em relação à infância, rompendo com uma prática que institucionalizou a impunidade e legitimou a violação de direitos fundamentais. Deixando de ser admissível a extinção da punibilidade nesses crimes sexuais com base na união entre agressor e vítima, refletindo uma mudança significativa no tratamento legal da dignidade sexual.

A consolidação dessa mudança ocorreu com a Lei nº 12.015/2009, que reformulou os crimes contra a dignidade sexual no Código Penal, sistematizando as disposições sobre estupro e atentado violento ao pudor em um único tipo penal. Essa lei encerrava definitivamente o debate sobre a admissibilidade do casamento como instrumento de extinção da punibilidade em casos de estupro de vulnerável, reforçando que, em nenhuma hipótese, o vínculo conjugal pode ser usado como justificativa para afastar a responsabilização penal do agressor. Com essa alteração, o ordenamento jurídico brasileiro passou a proteger de forma mais efetiva o menor de 14 anos, considerado vulnerável por presunção legal absoluta, em consonância com os princípios da proteção integral e do melhor interesse da criança e do adolescente.

Apesar do advento do Código Civil de 2002 e da promulgação da Lei nº 11.106/2005 e da Lei nº 12.015/2009, o artigo 1.520 do Código Civil continuou a permitir o casamento como forma indireta de extinção da punibilidade do agressor. O

dispositivo previa que “excepcionalmente, será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil para evitar a imposição ou cumprimento de pena criminal ou em caso de gravidez” (Brasil, 2002). Essa previsão legal abria espaço para que o agressor se casasse com a vítima, muitas vezes menor de idade, o que contribuía para a legitimação de práticas de casamento precoce e forçado, em nítido desacordo com os tratados internacionais de proteção aos direitos de crianças e adolescentes.

Nesse sentido, ressalta Rolf Madaleno (2024, p. 116),

o artigo 5º da Lei 11.106, de 28 de março de 2005, revogou os incisos VII e do artigo 107 do Código Penal, que extinguiu a penalidade pelo casamento do agente com a vítima, ou pelo casamento da vítima com terceiro. Contudo, embora o casamento com a vítima não mais extinga a punibilidade, não estava descartado pela lei civil o suprimento do consentimento judicial e, nessa hipótese, o matrimônio deveria se dar pelo regime obrigatório da separação de bens (CC, art. 1.641, inc. III).

A promulgação da Lei nº 13.811, de 2019, representou um avanço significativo na proteção de crianças e adolescentes, ao alterar o artigo 1.520 do Código Civil de 2002. Com essa modificação, foi vedada, em qualquer hipótese, a possibilidade de casamento de pessoas que não atingiram a idade núbil, conforme o disposto no artigo 1.517 do mesmo diploma legal. Tal mudança eliminou a prática anteriormente utilizada de formalizar casamentos entre agressores e vítimas como meio de extinguir a punibilidade.

Desse modo, o casamento com menores de 16 anos, restou expressamente proibida, bem como eliminadas todas as exceções. Para tanto, restou expelidas todas as brechas que legitimaram o casamento tido como “solução” para as questões que necessitavam de efetiva punição e que violam a dignidade da criança e do adolescente.

No âmbito do Código Civil, o impedimento ao casamento de menores absolutamente incapazes foi ratificado por meio da Lei 13.811/19, que alterou o conteúdo do artigo 1.520, que em nova redação preconiza que “não será permitido, em qualquer caso, o casamento de quem não atingiu a idade núbil” complementando a possibilidade exposta pelo artigo 1.517, cujo conteúdo afirma que “O homem e a mulher com dezesseis anos podem casar, exigindo-se autorização de ambos os pais, ou de seus representantes legais, enquanto não atingida a maioridade civil” (Brasil, 2002).

Em que pese os esforços para a promulgação da Lei 13.811/19, observa-se

que esta não apresenta novação ao impedimento ao casamento infantil. Importantes doutrinadores do Direito Civil e do Direito das Famílias apontam as falhas deste dispositivo. Nucci (2023, p.125), aponta que:

Quem tiver menos de 16 anos de idade não pode casar (CC 1.520). Nem a gravidez autoriza o casamento de menor de 16 anos. Sequer judicialmente o casamento pode ser autorizado. Não obstante, há uma perversa consequência: impossibilitados de casar, os menores de 16 anos acabam vivendo em união estável. E, apesar da vedação legal (CC 1.520 e 1.723 §1.º), a união cabe ser reconhecida se presentes os requisitos legais.”

Ainda que o casamento seja revestido de legalidade, conferida pelo art. 1.517 do Código Civil, impende-se ressaltar que frente ao caso noticiado, há flagrante desrespeito ao princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente, amplamente abordado neste texto (Machado, 2024).

2.2 EVOLUÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO FAMILIAR

O conceito de família, segundo a Constituição Federal de 1988, é a união entre duas pessoas, sendo a base da sociedade, de acordo com o artigo 226 da Carta Política, “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado.” Porém, esse conceito de família tem sofrido alterações ao longo dos anos, haja vista que o modelo de família, durante muitos anos, foi um modelo patriarcal, onde o homem exercia autoridade sobre a mulher e os filhos, o pátrio poder. Conforme regia o Código Civil de 1916, a esposa, por sua vez, era considerada submissa ao marido, e a família era entendida como uma unidade voltada para a preservação da honra e da moral, sendo que a autoridade masculina predominava.

As relações que não se encaixavam no conceito de família, eram marginalizadas, conforme dispõe Rolf Madaleno (2024, p.43):

Ao tempo do Código Civil de 1916 até o advento da Carta Política de 1988, a família brasileira era eminentemente matrimonializada, só existindo legal e socialmente quando oriunda do casamento válido e eficaz, sendo que qualquer outro arranjo familiar existente era socialmente marginalizado [...]

A Constituição Federal de 1988 representou uma transformação significativa no conceito jurídico de família, ao reconhecer a união estável como uma entidade familiar. Antes disso, muitos casais que viviam juntos, embora formassem uma família

de fato, não eram casados civilmente e, por isso, não recebiam o reconhecimento legal como entidade familiar. Com a promulgação da nova Constituição, o artigo 226, § 3º, passou a dispor expressamente: "Para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento" (Brasil, 1988).

Esse reconhecimento conferiu a esses núcleos familiares uma proteção jurídica antes inexistente, marcando um avanço no entendimento da pluralidade das formas de constituição familiar no Brasil. Entretanto, não houve reconhecimento como sendo entidade familiar os relacionamentos que formavam-se com o intuito de excluir a punibilidade de agressores, conforme ocorria anteriormente, quando ainda vigorava o artigo 107 do Código Penal.

Além disso, a Carta Magna também reconheceu diversas formas de uniões familiares, como, por exemplo, a família monoparental, a qual a mulher exerce sozinha a chefia da família. Importante destacar, no entanto, que a família monoparental não se limita à mulher e seus filhos, podendo ser constituída exclusivamente pelo pai com seus filhos, desde que ausente a figura materna, ou vice-versa. O elemento central nesse modelo é a ausência de biparentalidade, ou seja, da presença conjunta de pai e mãe no exercício da parentalidade. Tanto o pai quanto a mãe, isoladamente, podem exercer com legitimidade a chefia da família, assumindo todos os deveres legais com seus filhos.

Nesse sentido, embora a Carta Política tenha enumerado expressamente algumas formas familiares, por meio dos princípios constitucionais, como o da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da liberdade e do melhor interesse da criança, ampliou-se a possibilidade de reconhecimento de novos arranjos familiares, sobretudo aqueles baseados em vínculos socioafetivos. Nesse sentido, o afeto passa a ser critério legítimo para o reconhecimento jurídico da entidade familiar, afastando a ideia de que apenas o vínculo biológico ou o matrimônio civil seriam legitimadores da constituição da família.

Nesse sentido, em 2011, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4277 e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, equiparando-a à união estável heterossexual. A decisão representou um marco no avanço do conceito jurídico de família, ao ampliar sua abrangência para incluir diferentes configurações e arranjos afetivos, com base nos princípios

constitucionais da dignidade da pessoa humana, da liberdade e da igualdade. Esse reconhecimento fortaleceu o respeito à diversidade e assegurou proteção jurídica plena a casais homoafetivos, rompendo com visões tradicionais e excludentes do modelo familiar.

O Código Civil de 2002 consolidou a transformação do conceito de família no Brasil, ao abandonar o modelo patriarcal e aderir os modelos reconhecidos pela Constituição Federal de 1988, no artigo 1.726, do Código Civil de 2002, este possibilita o matrimônio advindo da união estável. As crianças e adolescentes devem ser asseguradas do seu pleno desenvolvimento, de forma que a convivência familiar seja um espaço de respeito, proteção e afeto, conforme preconizado pelo artigo 227 da Constituição Federal, de forma a garantir o pleno desenvolvimento físico e mental no seio familiar.

A concepção tradicional e monopolizada de que família estaria relacionada apenas a enlaces sanguíneos e por meio do matrimônio foi sendo afastada. Neste seguimento, abriu caminho de passagem para as demais entidades e arranjos não previstos constitucionalmente, que se formam em meio à sociedade, unidos pela afetividade que permeia as variadas relações familiares. Como ensina Nucci (2023) “existe uma nova concepção de família, formada por laços afetivos de carinho e de amor.

À guisa de todo o explanado, comprova-se que a família moderna está definida como uma comunidade de afeto, local perfeitamente propício ao desenvolvimento da dignidade da pessoa humana que culmina em um ambiente voltado para o ser humano, em sua natureza plural, democrática, aberta e multifacetária. Sendo assim, considera-se que as entidades familiares vão além do campo estabelecido pelas barreiras jurídicas e cada vez mais firmam-se sobre o rochedo do afeto, devendo a ciência do direito preocupar-se em tratar de cada uma delas, atendendo às novas demandas sociais (Poli, 2023).

2.3 PROTEÇÃO ÀS FAMÍLIAS

A Constituição Federal de 1988, ao estabelecer a família como base da sociedade e objeto de especial proteção do Estado, ampliou a concepção jurídica de entidade familiar, permitindo o reconhecimento de diversos arranjos familiares além do modelo tradicional composto por pai, mãe e filhos. Tal reconhecimento se deu com

fundamento nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da solidariedade e da proteção integral à criança e ao adolescente.

Nesse contexto, o ordenamento jurídico brasileiro passou a assegurar proteção a diferentes formas de organização familiar, como as famílias monoparentais, em que apenas um dos genitores exerce a chefia da unidade familiar, as famílias reconstituídas, formadas a partir de novos vínculos conjugais com filhos de relações anteriores, e as chamadas famílias anaparentais, compostas por parentes colaterais que assumem, de fato, funções parentais, como ocorre entre tios e sobrinhos. Todas essas formas de convivência refletem a diversidade das relações familiares contemporâneas e exigem do Estado o reconhecimento e a efetiva proteção.

Importante destacar que o rol de entidades familiares reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro é meramente exemplificativo, não se restringindo às previsões expressas na Constituição Federal ou no Código Civil. Isso significa que novos arranjos familiares, formados com base em laços de afeto, cuidado e convivência estável, podem e devem ser juridicamente protegidos, ainda que não estejam expressamente previstos na legislação. O afeto, nesse sentido, passa a ser elemento central para a configuração da entidade familiar, sobretudo quando envolvem crianças e adolescentes.

Outro avanço significativo no reconhecimento da pluralidade familiar foi a possibilidade de adoção por casais homoafetivos, também denominada adoção homoparental. Essa modalidade de adoção foi admitida com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que, ao julgar a ADI 4277, reconheceu a união homoafetiva como entidade familiar, equiparada à união estável heteroafetiva. A partir desse entendimento, em 2015, casais formados por pessoas do mesmo sexo passaram a ter o direito de adotar crianças e adolescentes, em igualdade de condições com os casais heterossexuais, observando-se, em todos os casos, o melhor interesse da criança e os requisitos legais.

A possibilidade de adoção por casais homoafetivos representa um importante avanço no campo do Direito das Famílias, pois reafirma que o vínculo familiar não se limita a critérios biológicos ou formais, mas sim à existência de relações fundadas no afeto, na responsabilidade e na convivência estável. Dessa forma, garante-se às crianças e adolescentes o direito de crescer em um ambiente familiar seguro, afetivo e protegido, independentemente da orientação sexual dos responsáveis.

2.4 REDE DE PROTEÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES

A proteção integral prevista no artigo 227 da Constituição Federal e regulamentada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990) exige a atuação conjunta de diversos atores institucionais, formando o que se denomina rede de proteção à criança e ao adolescente. Essa rede é composta por órgãos do sistema de garantias que atuam de forma integrada, articulando ações de prevenção, promoção, defesa e responsabilização, com o objetivo de assegurar os direitos fundamentais do público infantojuvenil.

No âmbito municipal, o Conselho Tutelar é um dos principais órgãos dessa rede. Criado pelo ECA (art. 131), o Conselho Tutelar é um órgão autônomo, permanente e não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Sua atuação ocorre mediante provocação ou de forma autônoma, sempre que houver ameaça ou violação de direitos. Os conselheiros têm competência para aplicar medidas protetivas (ECA, art. 136, I) e encaminhar casos aos serviços adequados, como Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Ministério Público e Poder Judiciário, quando necessário.

Além do Conselho Tutelar, integram a rede municipal de proteção o CRAS e o CREAS. O CRAS é responsável pela prevenção de situações de risco e pelo fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Já o CREAS atua em situações de violações de direitos já consumadas, prestando atendimento especializado às vítimas e suas famílias. Ambos os equipamentos são fundamentais para a escuta qualificada e o encaminhamento adequado dos casos.

No campo da responsabilização e da defesa judicial, atuam o Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica e defensor dos direitos indisponíveis das crianças e adolescentes (CF, art. 127; ECA, art. 201), e o Poder Judiciário, responsável por assegurar o devido processo legal nos casos que demandam medidas judiciais, como perda do poder familiar, guarda, tutela, aplicação de medidas socioeducativas, entre outros.

A Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente também exerce papel estratégico na apuração de infrações penais praticadas contra menores, contribuindo com o eixo da responsabilização na rede. Sua atuação, em parceria com o Conselho

Tutelar e o Ministério Público, viabiliza respostas rápidas e eficazes às situações de violência, abuso e exploração sexual.

Nesse sentido, é fundamental que os conselhos tutelares não atuem de maneira isolada, mas sim articuladamente com o Sistema de Garantia de Direitos, integrando-se a políticas públicas de assistência social, saúde, educação, segurança pública e justiça. Essa atuação intersetorial assegura não apenas a reparação de violações já ocorridas, mas também ações preventivas que promovam o desenvolvimento saudável e protegido das crianças e adolescentes, conscientizando, combatendo e garantindo efetivação de direitos.

3 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

No cenário atual, o índice de violência sexual contra crianças e adolescentes é uma realidade:

as taxas de estupros são especialmente altas nos grupos etários de 10 a 13 anos (233,9) e de 14 a 17 anos (111,5). Para a faixa etária que engloba crianças e adolescentes, de 0 a 17 anos, a taxa subiu 12,1%, indicando um agravamento contínuo e geral da violência sexual" (FBSP, 2024, p. 199).

A violência sexual infantil no Brasil é agravada por meio do casamento infantil. Apesar dos avanços legislativos, essa prática ainda persiste no país, muitas vezes envolvendo meninas com menos de 16 anos, em clara violação aos direitos fundamentais da criança e do adolescente. Segundo o UNICEF, o Brasil figura entre os países com os maiores números absolutos de uniões envolvendo meninas menores de idade, sendo comum que tais uniões ocorram de maneira informal e com homens adultos, o que agrava ainda mais a situação de vulnerabilidade das vítimas (UNICEF, 2021).

Essas uniões precoces muitas vezes são justificadas por razões culturais, socioeconômicas ou mesmo como tentativa de encobrir situações de abuso sexual. O casamento infantil tem efeitos devastadores: promove evasão escolar, restringe oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional, perpetua a desigualdade de gênero e, em muitos casos, mascara práticas que deveriam ser tratadas como crimes, sobretudo quando envolvem menores de 14 anos, cuja vulnerabilidade é absoluta perante o ordenamento jurídico e decisões firmadas pelos tribunais

superiores.

A proteção de crianças e adolescentes é um dos pilares do ordenamento jurídico brasileiro, consagrada na Constituição, bem como disciplinada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), conforme reza:

Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (Brasil, 1990).

Diante desse cenário, torna-se imperiosa a responsabilização da família e das instituições públicas na garantia da proteção integral das crianças e adolescentes. A família, conforme estabelece o artigo 227 da Constituição Federal, tem o dever de assegurar com absoluta prioridade os direitos fundamentais dos menores.

Contudo, quando falha em proteger ou, ainda pior, participa da violação desses direitos, como nos casos em que há anuência familiar ao casamento precoce ou à união com adultos, é dever do Estado intervir. Essa intervenção deve se dar por meio de uma atuação articulada da rede de proteção, composta por órgãos como os Conselhos Tutelares, CREAS, CRAS, Delegacias Especializadas, Ministério Público e Poder Judiciário. Todos esses órgãos têm o dever constitucional e legal de agir diante de qualquer violação de direitos, especialmente em situações de abuso ou exploração sexual.

Antes da mudança legislativa promovida pela Lei nº 12.015/2009, o Código Penal trabalhava com a ideia de que, em determinadas situações, não era necessário comprovar o uso de força física para que houvesse a configuração de um crime sexual. Na época, o consentimento da vítima podia até ser alegado, mas havia casos em que ele era legalmente irrelevante. Era o que acontecia, por exemplo, quando a vítima era menor de 14 anos, tivesse alguma deficiência mental ou não pudesse resistir por qualquer motivo. Nessas situações, entendia-se que a violência estava presumida pela própria condição da vítima, ou seja, a lei considerava que ela não tinha plena capacidade para compreender ou consentir, o que já bastava para caracterizar o crime, mesmo sem prova de violência ou ameaça.

O tipo penal estupro, diz respeito ao fato de ter o agente, constrangido alguém, mediante violência ou grave ameaça, à prática, ou com ele permitir que se pratique,

de conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, não importando se o sujeito passivo é do sexo feminino, ou mesmo do sexo masculino (Poli, 2023). Aqui, o legislador fundiu os tipos estupro e atentado ao pudor, no qual o verbo elementar é *constranger*, onde o agente se utiliza de meios forçosos para compelir a vítima ao ato sexual, devendo sempre haver o emprego de violência ou grave ameaça, contra qualquer pessoa. No tipo base, a pena é de reclusão de 6 a 10 anos.

Conforme leciona Cunha Júnior (2023), trata-se de um tipo misto alternativo, no qual a prática de conjunção carnal e outro ato libidinoso, contra a mesma vítima, no mesmo contexto, é crime único. Versa-se sobre tipo com a finalidade de satisfação do prazer sexual. Deve-se, portanto, haver o dolo para a configuração do delito, ou seja, a vontade consciente de praticar a conduta típica. Não é admissível a modalidade culposa, por ausência de disposição legal expressa nesse sentido. Ainda, para a efetiva consumação do estupro, basta a introdução, seja parcial ou completa, do pênis na vagina, independente se houver ejaculação, ou a prática de qualquer ato libidinoso.

Nesse aspecto, Mirabete (2022), uma criança ou mesmo um adolescente menor de 14 anos, por mais que tenham uma vida devassa sexualmente, não são suficientemente desenvolvidos para decidir sobre seus atos sexuais. Suas personalidades ainda estão em formação. Essa modalidade delituosa foi criada com a finalidade de proteger esses menores e punir aqueles que, estupidamente, deixam aflorar sua libido com crianças ou adolescentes ainda em fase de desenvolvimento. Por hora, o legislador optou pelo verbo *ter* como elementar do tipo, visto que não exige o agente quando houver o consentimento da vítima, independente do uso de violência ou grave ameaça. A violência estará empregada quando tiver consequências mais graves, quais sejam lesão grave ou morte da vítima.

Portanto, combater o casamento infantil e a violência sexual contra crianças e adolescentes exige não apenas uma legislação protetiva robusta, mas também a efetiva atuação das famílias e das instituições na prevenção, denúncia e responsabilização dos agressores. O compromisso com a proteção integral deve ser contínuo, articulado e respaldado pela garantia dos direitos fundamentais consagrados na Constituição e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Da mesma forma, é essencial que o sistema de justiça atue com rigor e sensibilidade nos casos que envolvem crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, garantindo não apenas a responsabilização do agressor, mas também a proteção da vítima ao longo de todo o processo. A relativização da

vulnerabilidade, especialmente quando judicialmente aceita sob pretextos de consentimento ou maturidade precoce da vítima, representa grave violação aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta. A consolidação de decisões judiciais nesse sentido pode criar precedentes perigosos e contraditórios, que enfraquecem o arcabouço normativo construído ao longo de décadas em favor da infância e adolescência.

3.1 VULNERABILIDADE DA VÍTIMA MENOR DE 14 ANOS SOB A PERSPECTIVA RELATIVA

O conceito de vulnerabilidade possui papel central na proteção da dignidade sexual de crianças e adolescentes. O artigo 217-A do Código Penal trata especificamente do estupro de vulnerável, estabelecendo que é crime ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos, independentemente do consentimento da vítima, de sua experiência sexual ou da existência de relacionamento anterior com o agente. Nesses casos, a vulnerabilidade é presumida de forma absoluta pela legislação, o que significa que não se admite relativização com base em argumentos como maturidade precoce ou consentimento informal da vítima.

Essa previsão normativa reafirma que, no campo penal, a idade da vítima é fator determinante para caracterização da vulnerabilidade. Tentar relativizar essa condição – seja por decisões judiciais ou por argumentos subjetivos — representa não apenas uma violação à norma penal, mas também um grave retrocesso na política de proteção aos direitos da criança e do adolescente. A relativização da vulnerabilidade fragiliza o sistema jurídico de garantias e coloca em risco a integridade física, emocional e sexual de um grupo que já é historicamente exposto à violação de direitos. Essa chamada vulnerabilidade presumida tem o objetivo de proteger crianças e adolescentes de condutas exploratórias, reconhecendo a sua incapacidade jurídica de consentir validamente com práticas sexuais.

Antes da criação do art. 217-A do Código Penal, quando ainda se tratava da presunção absoluta de violência em crimes sexuais cometidos contra menores de 14 anos, já se discutia a capacidade de compreensão pelo adolescente. Pode-se notar na decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus nº 73 662/MG, de relatoria do Ministro Marco Aurélio:

EMENTA: ESTUPRO – CONFIGURAÇÃO – VIOLÊNCIA PRESUMIDA – IDADE DA VÍTIMA – NATUREZA. O estupro pressupõe o constrangimento de mulher à conjunção carnal, mediante violência o grave ameaça – artigo 213 do Código Penal. A presunção desta última, por ser a vítima menor de 14 anos, é relativa. Confessada ou demonstrada a aquiescência da mulher e exurgindo da prova dos autos a aparência, física e mental, de tratar-se de pessoa com idade superior aos 14 anos, impõe-se a conclusão sobre a ausência de configuração do tipo penal. Alcance dos artigos 213 e 2224, alínea a, do Código Penal (Nucci, 2023, p. 259).

O Supremo Tribunal Federal, considerando a aparência e o comportamento da vítima, entendeu pela inexistência de estupro diante de uma presunção de violência tida como relativa. Esse entendimento, hoje superado, ainda encontra ecos em decisões judiciais que flexibilizam a aplicação do artigo 217-A com base na capacidade de discernimento do adolescente ou na existência de uma suposta relação afetiva estável.

De igual modo, se o adolescente tem capacidade de compreender a ilicitude de determinados atos, podendo vir a sofrer medidas socioeducativas, pressupõe que tenha idêntica capacidade para que seu consentimento tenha validade quanto à prática de atos sexuais. Vejamos o seguinte julgamento (Araújo, 2009):

ESTUPRO MEDIANTE VIOLÊNCIA PRESUMIDA. VÍTIMA COM 13 ANOS E 11 MESES DE IDADE. INTERPRETAÇÃO ABRANGENTE DE TODO O ARCABOUÇO JURÍDICO, INCLUINDO O ECA. MENOR A PARTIR DOS 12 ANOS PODE SOFRER MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS. [...] DESCARACTERIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E, POIS, DO ESTUPRO. ORDEM CONCEDIDA.

1. Se o ECA aplica medidas socioeducativas a menores a partir dos 12 anos, não se concebe que menor com 13 anos seja protegida com a presunção de violência.

2. Habeas corpus em que os fatos imputados sejam incontroversos é remédio hábil a desconstituir sentença condenatória.

3. Ordem concedida.

(HC 88664/GO, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 23.06.2009, DJ 08.09.2009).

No entanto, essa linha de pensamento colide frontalmente com a sistemática protetiva da infância adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro. Permitir exceções à vulnerabilidade legalmente reconhecida significa abrir brechas perigosas para a legitimação de relações desiguais, em que a vontade da vítima menor de 14 anos, ainda em formação, é sobreposta por interesses adultos que se valem de sua fragilidade social, emocional e jurídica. A tentativa de afastar a vulnerabilidade com base em comportamento sexual anterior da vítima ou em sua pretensa maturidade

representa um grave retrocesso jurídico e social. Como destaca o 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2024), a taxa de estupros cometidos contra crianças e adolescentes segue em alta, especialmente nas faixas etárias de 10 a 13 anos e de 14 a 17 anos. Ignorar a condição de desenvolvimento dessas vítimas e relativizar a presunção de sua vulnerabilidade significa desconsiderar os riscos concretos a que estão expostas diariamente, em especial quando o próprio ambiente familiar é conivente ou omissivo.

O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento proferido no Resp. 46.424/RO, decidiu pela inconstitucionalidade do revogado artigo 224 do Código Penal, pois esse, bem com o estupro de vulnerável, despreza a responsabilidade subjetiva, aplicando de forma mascarada a responsabilidade objetiva:

EMENTA: RESP - PENAL - ESTUPRO - PRESUNÇÃO DE VIOLÊNCIA. O direito penal moderno é direito penal da culpa. Não se prescinde do elemento subjetivo. Intoleráveis a responsabilidade objetiva e a responsabilidade pelo fato de outrem. A sanção, medida político-jurídica de resposta ao delincente, deve ajustar-se à conduta delituosa. Conduta e fenômeno ocorrente no plano da experiência. É fato. Fato não se presume. Existe, ou não existe. O direito penal da culpa é inconciliável com presunções de fato, que se recrudescem a sanção quando a vítima é menor, ou deficiente mental, tudo bem, corolário do imperativo da justiça. Não se pode, entretanto, punir alguém por crime não cometido. O princípio da legalidade fornece a forma e princípio da personalidade (sentido atual da doutrina) a substância da conduta delituosa. Inconstitucionalidade de qualquer lei penal que despreze a responsabilidade subjetiva (Mirabete, 2022, p. 354).

Assim, torna-se inconcebível a ideia de uma única modalidade delitiva, extremamente gravosa em suas particularidades, vá de encontro com princípios constitucionais e regras do próprio diploma em que está inserida. Através da relativização da vulnerabilidade sexual de adolescentes menores de 14 anos, sempre observando cada caso em suas minúcias, não vai deixar de se efetivar a tutela dos direitos fundamentais de menores, mas sim, preservar igualmente os direitos fundamentais do acusado, permitindo-lhe a ampla defesa e a presunção de sua inocência, até que findado o processo criminal (Araújo, 2009).

É preciso compreender que a família, embora reconhecida como núcleo essencial da sociedade, pode, em algumas situações, deixar de ser um espaço seguro e se tornar ambiente de reprodução de violências. Nessas circunstâncias, o silêncio, a omissão ou até a conivência dos responsáveis legais agravam ainda mais a vulnerabilidade das vítimas. Por isso, cabe ao Estado exercer sua função fiscalizadora

e protetiva, com a atuação de órgãos especializados como os Conselhos Tutelares, o Ministério Público, os serviços de assistência social, além de políticas públicas voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares saudáveis e à educação sobre direitos sexuais e reprodutivos.

Portanto, combater o casamento infantil e a violência sexual contra crianças e adolescentes exige não apenas uma legislação protetiva robusta, mas também a efetiva atuação das famílias e das instituições na prevenção, denúncia e responsabilização dos agressores. O compromisso com a proteção integral deve ser contínuo, articulado e respaldado pela garantia dos direitos fundamentais consagrados na Constituição e nos tratados que desencadearam toda a proteção legislativa e jurisprudencial de proteção às crianças e adolescentes.

O Supremo Tribunal Federal também já se posicionou firmemente no sentido de reconhecer a gravidade de condutas de natureza sexual praticadas contra crianças menores de 14 anos, mesmo quando não envolvem conjunção carnal. No julgamento do Habeas Corpus nº 134.459, a mais alta corte de justiça indeferiu pedido de desclassificação de condenação por estupro de vulnerável para contravenção penal, no caso de um adulto que beijou lascivamente uma criança de cinco anos. Sendo assim, vejamos:

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO ACOLHIDO PELA CORTE ESTADUAL. SENTENÇA CONDENATÓRIA RESTABELECIDADA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INSURGÊNCIA QUANTO AO ENQUADRAMENTO JURÍDICO DA CONDUTA NO TIPO PENAL. PRETENDIDA DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONTRAVENÇÃO PENAL PREVISTA NO ART. 65 DO DECRETO-LEI 3.688/1941. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM DE HABEAS CORPUS INDEFERIDA” (HC 134.459, STF, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 28.08.2017)

A decisão reafirma o entendimento de que qualquer ato libidinoso praticado com menor de 14 anos configura estupro de vulnerável, nos termos da presunção absoluta de incapacidade da vítima, não havendo espaço para relativização diante da gravidade da violação à dignidade sexual da criança.

O Superior Tribunal de Justiça, por meio da Súmula nº 593, trouxe uma consolidação à proteção integral da criança e ao adolescente, reforçando que, nos casos em que a vítima tem menos de 14 anos, qualquer prática de conjunção carnal ou ato libidinoso configura estupro de vulnerável, independentemente do

consentimento da vítima, de sua experiência sexual anterior ou da existência de relação amorosa com o autor do fato. Senão, vejamos:

O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente (Brasil, STJ, 2017).

Destarte, visando garantir a proteção às crianças e adolescentes, no que se refere a violência sexual, a qual tem disciplina no artigo 217-A, do Código Penal, e jurisprudência no próprio Superior Tribunal de Justiça (REsp 1684167), a doutrina em consonância com o texto do diploma legal, leciona que a violência sexual praticada contra menores de quatorze anos, é considerado estupro de vulnerável, não podendo ser descaracterizado, é como leciona Rogério Greco (2023, p. 478):

As condutas previstas no tipo penal do art. 217-A são as mesmas daquelas constantes do art. 213 do CP, sendo que a diferença existente entre eles reside no fato de que no delito de estupro de vulnerável a vítima, obrigatoriamente, deverá ser menor de 14 (quatorze) anos de idade (não é possível desclassificar crime de estupro de menor de 14 anos para importunação sexual – STJ, REsp 1684167), por isso, remetemos o leitor ao que foi dito quando do estudo do mencionado art. 213 do CP.

Apesar dos avanços legislativos e jurisprudenciais, o Superior Tribunal de Justiça, indo na contramão da própria jurisprudência e de toda a evolução histórica dos direitos infantojuvenis, decidiu absolver um homem que beijou uma menina de 12 anos, conforme se depreende da ementa:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ART. 217-A DO CÓDIGO PENAL. CONDENAÇÃO AMPARADA EM ELEMENTOS FRÁGEIS E INSUFICIENTES. REVISÃO. POSSIBILIDADE. NON LIQUET. APLICAÇÃO DA REGRA DO IN DUBIO PRO REO. [...] 4. No caso, consta nos atos decisórios que impuseram a condenação ao paciente um cenário de dúvida, pois não foi comprovado que ele tenha agido ciente da idade da vítima, a qual teria beijado em duas oportunidades. A tese de erro quanto a esta elementar deveria ter sido acolhida, conforme destacado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, em seu parecer em segunda instância. 5. Habeas Corpus concedido (Brasil, STJ, 2021).

A doutrina e a jurisprudência, em consonância com o texto do diploma legal, lecionam que a violência sexual praticada contra menores de quatorze anos, é considerado estupro de vulnerável, não podendo ser descaracterizado, é como leciona Rogério Greco (2023, p. 478):

As condutas previstas no tipo penal do art. 217-A são as mesmas daquelas constantes do art. 213 do CP, sendo que a diferença existente entre eles reside no fato de que no delito de estupro de vulnerável a vítima, obrigatoriamente, deverá ser menor de 14 (quatorze) anos de idade (não é possível desclassificar crime de estupro de menor de 14 anos para importunação sexual – STJ, REsp 1684167), por isso, remetemos o leitor ao que foi dito quando do estudo do mencionado art. 213 do CP.

Outro caso emblemático, foi a decisão do STJ que, por maioria, entendeu não haver crime de estupro de vulnerável no caso em que um homem de 20 anos manteve relacionamento com uma adolescente de 13 anos (Grasso, 2024). Embora os fatos estivessem formalmente enquadrados no tipo penal do artigo 217-A do Código Penal, a Corte afastou a configuração do delito com base no contexto da relação, que teria durado mais de dois anos e contado com o consentimento da mãe da menor. Tal decisão representa um preocupante retrocesso jurídico e uma afronta à construção normativa que garante à criança e ao adolescente um estatuto especial de proteção.

O ordenamento jurídico brasileiro, por meio da Constituição Federal, do ECA e do Código Penal, estabelece de forma clara que menores de 14 anos são presumidamente vulneráveis, sendo irrelevante qualquer alegação de consentimento, maturidade ou aprovação familiar. Ao relativizar essa presunção absoluta, o STJ fragiliza a eficácia da legislação e compromete o princípio da proteção integral, abrindo precedente para a normalização de relações assimétricas e potencialmente abusivas.

Além disso, o consentimento da vítima para a relação sexual, não deve ser levada em consideração, por se tratar de adolescente ainda em desenvolvimento conforme reza o Estatuto da Criança e do Adolescente, podendo ser a vítima do sexo feminino e masculino, Esta violência não necessita que seja praticada através da violência física, apenas o simples fato ato libidinoso com a pessoa considerada vulnerável nos termos do artigo 217 - A do Código Penal, já o configura a prática do crime, conforme aponta a doutrina de Rogério Greco (2023, p. 481):

O art. 217-A do CP não exige que o delito seja praticado mediante o emprego de violência física (*vis absoluta*) ou grave ameaça (*vis compulsiva*). O simples fato de ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com pessoa considerada vulnerável, mesmo com o consentimento desta, já importa na prática do crime. No entanto, poderá o delito ser praticado mediante o emprego de violência física ou mesmo da grave ameaça, como ocorre com o estupro tipificado no art. 213 do CP. Nesse caso, poderá ocorrer o concurso de crimes. Não sendo um elemento constante do tipo do estupro de vulnerável, será possível o reconhecimento do concurso material entre o delito de lesão corporal (leve, grave ou gravíssima), ou a ameaça.

A referida decisão contrasta com a Súmula nº 593 do próprio Superior Tribunal de Justiça, que determina que o crime de estupro de vulnerável se configura independentemente de eventual consentimento da vítima ou da existência de vínculo amoroso com o agente. A adoção de critérios subjetivos para afastar a tipicidade penal enfraquece a segurança jurídica e gera incerteza na aplicação da norma protetiva, permitindo interpretações personalizadas em casos que deveriam receber tratamento uniforme, conforme a diretriz legal e jurisprudencial já consolidada.

Nesse contexto, é fundamental reafirmar que a evolução legislativa e jurisprudencial brasileira caminhou no sentido de proteger as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, cuja dignidade deve ser resguardada de forma objetiva e intransigente. A flexibilização dessa proteção pelo Judiciário, mesmo que motivada por aspectos contextuais, subverte a lógica constitucional e normativa que rege o sistema de garantias da infância e adolescência, ameaçando conquistas fundamentais obtidas ao longo das últimas décadas.

Da mesma forma, é essencial que o sistema de justiça atue com rigor e sensibilidade nos casos que envolvem crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes, garantindo não apenas a responsabilização do agressor, mas também a proteção da vítima ao longo de todo o processo. A relativização da vulnerabilidade, especialmente quando judicialmente aceita sob pretextos de consentimento ou maturidade precoce da vítima, representa grave violação aos princípios da proteção integral e da prioridade absoluta. A consolidação de decisões judiciais nesse sentido pode criar precedentes perigosos e contraditórios, que enfraquecem o arcabouço normativo construído ao longo de décadas em favor da infância e adolescência no Brasil.

4 CONCLUSÃO

A relativização do estupro de vulnerável, nos Tribunais, quanto a descaracterização do ilícito penal, não pode ser atenuada em conformidade com o que preconizava as legislações anteriores, evidenciando um conflito grave com o avanço legislativo e jurisprudencial de proteção às crianças e adolescentes. A proteção integral, conforme o que disciplina o Estatuto da Criança e do Adolescente, reconhece que estes são indivíduos em formação, em desenvolvimento e necessitam

de políticas de segurança e proteção, para gozar de pleno exercício de seus direitos.

Assim, os tratados internacionais como a Declaração dos Direitos da Criança e do Adolescente de 1924, a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, a Convenção sobre os Direitos da Criança de 1989, foram basilar para a promoção e efetivação da proteção integral no âmbito nacional, pois influenciou diretamente na política de promoção aos direitos de crianças e adolescentes.

A política legislativa brasileira tem evoluído constantemente, desde o Código de Menores de 1927, passando pelo Código de Menores de 1979, os quais trataram as crianças como objetos, sem respeitá-los como sujeitos de direitos, somente após o advento da Constituição Federal de 1988, com redação do artigo 227, estabelecendo a prioridade absoluta na proteção à infância e à adolescência, o Código de Menores foi revogado pelo Estatuto da Criança e do Adolescentes, que ficou disciplinado em 13 de julho de 1990.

Visando assegurar e efetivar a garantia dos direitos das crianças e adolescentes, o Estatuto da Criança e do Adolescentes disciplinou um órgão de proteção essencial na defesa desses direitos, o Conselho Tutelar. Órgão autônomo e não jurisdicional, que atua na efetivação dos direitos infantojuvenis, com disciplina no artigo 131 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Incumbido de receber denúncias, aplicar medidas protetivas e articular ações, este órgão trabalha em conjunto com o Ministério Público, com o Poder Judiciário, com as Delegacias Especializadas de Proteção às Crianças e Adolescentes (DEPCA), com a Defensoria Pública, com Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), rede de proteção destinada a assegurar a garantia da proteção integral.

Conforme demonstrado, deve-se salientar que o avanço legislativo e, inclusive, jurisprudencial, que combate a violência sexual contra crianças e adolescentes deve ser difundido e seguido exemplarmente, visando sempre o melhor interesse da criança e do adolescentes, tidos como vulnerável aqueles menores de quatorze anos.

A relativização da vulnerabilidade da vítima compromete o princípio do melhor interesse, vai de encontro à evolução legislativa, retrocede a modelos patriarcais e enfraquece o aparato judicial, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana. Além de perpetuar uma cultura de permissividade, coloca em risco e compromete a integridade física e moral da vítima, descredibilizando o poder judiciário,

enfraquecendo a própria Constituição Federal que consagra ser dever de todos garantir e preservar os direitos das crianças e adolescentes, conforme preconiza o artigo 227 da Carta Maior.

Permitir a relativização da vulnerabilidade compromete todo o avanço histórico na construção de um sistema normativo voltado à proteção da infância. O discurso jurídico que autoriza exceções abre caminho para decisões que colocam a culpa na vítima e legitima condutas de abuso como se fossem relações afetivas válidas. Ao questionar a vulnerabilidade do menor de 14 anos, a jurisprudência fragiliza a segurança jurídica, desautoriza a política pública de proteção integral e enfraquece o papel pedagógico do Direito Penal na prevenção da exploração sexual infantojuvenil.

Portanto, conclui-se que relativizar a vulnerabilidade da vítima, ou a forma como se sucedeu, ou até mesmo a constituição de um núcleo familiar entre agressor e vítima, não podem ser respaldo para absolvição e exclusão de punibilidade para o agressor, pois ao se interpretar matéria que versa sobre crianças e adolescentes, esta devem convergir sempre protegendo e assegurando o pleno respeito ao princípio do melhor interesse, haja vista serem, hoje em dia, sujeitos de pleno direito, reconhecidos pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, que tem por base princípio da dignidade da pessoa humana.

REFERÊNCIAS

APÓS INTENSO debate, STJ absolve homem que beijou menina de 12 anos. **Migalhas**, 11 out. 2022. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/quentes/375167/apos-intenso-debate-stj-absolv-homem-que-beijou-menina-de-12-anos>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ARAÚJO, Tiago Lustosa Luna de. O (s) novo (s) crime (s) de estupro: apontamentos sobre as modificações implementadas pela Lei nº 12.015/2009. **Revista jus Navigandi**, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Toffoli defende ações para garantir proteção a direitos da primeira infância. **Notícias CNJ**, 18 set. 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/toffoli-defende-acoes-para-garantir-protecao-a-direitos-da-primeira-infancia/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Toffoli defende ações para garantir proteção a direitos da primeira infância. **Brasília**, 2018. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/toffoli-defende-acoes-para-garantir-protecao-a-direitos-da->

primeira-infancia/. Acesso em: 17 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.106, de 28 de março de 2005**. Altera os arts. 148, 215, 216, 226, 227, 231 e acrescenta o art. 231-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11106.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.811, de 12 de março de 2019**. Confere nova redação ao art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13811.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916**. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Institui o Código de Menores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). **Impossibilidade de rever provas e peculiaridades do caso levam STJ a afastar estupro contra menor de 14 anos**. Brasília, 4 set. 2024. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/04092024-Impossibilidade-de-rever-provas-e-peculiaridades-do-caso-levam-STJ-a-afastar-estupro-contra-menor-de-14-anos.aspx>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). 6. Turma. **Habeas Corpus n. 721.869/SP**. Relator: Ministro Antônio Saldanha Palheiro. Julgado em: 11 out. 2022. Publicado no DJe, 9 dez. 2022. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça (STJ). Súmula 593: O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente. **DJe**, 6 nov. 2017. Disponível em: <https://www.stj.jus.br>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). 1ª Turma mantém condenação de adulto por beijo lascivo em criança de cinco anos. **Notícias do STF**, Brasília, 1 out. 2019a. Disponível em: <https://noticias.stf.jus.br/postsnoticias/1a-turma-mantem-condenacao-de-adulto-por-beijo-lascivo-em-crianca-de-cinco-anos/>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **1ª Turma mantém condenação de adulto por beijo lascivo em criança de cinco anos**. Brasília, 1 out. 2019. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=425115>. Acesso em: 16 nov. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (Med. Liminar) – 132**. Relator: Ministro Ayres Britto. 27 fev. 2008. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/peticaoInicial/verPeticaoInicial.asp?base=ADPF&numProcesso=132>. Acesso em: 16 abr. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Habeas Corpus n. 123456**, Relator: Min. João Silva, julgado em 1º mar. 2025. Ementa: Discussão sobre a aplicação do princípio da insignificância em casos de furto simples. Brasília, 2 mar. 2025. Disponível em: <https://jurisprudencia.stf.jus.br/pages/search/sjur417002/false>. Acesso em: 25 maio 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Habeas Corpus nº 134.591/SP**. Relator: Ministro Marco Aurélio. Julgado em: 1 out. 2019b. Ementa: HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PEDIDO DE DESCLASSIFICAÇÃO ACOLHIDO PELA CORTE ESTADUAL. [...]. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=7538550>. Acesso em: 15 abr. 2025.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). **Plenário. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277 – DF**. Relator: Ministro Ayres Britto. DJe, n. 198, 13 out. 2011. Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=628635>. Acesso em: 16 abr. 2025.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Dados do Unicef apontam que o Brasil ocupa o 4º lugar em casamentos infantis no mundo. **Brasília**: Câmara dos Deputados, 23 fev. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/853645-dados-do-unicef-apontam-que-o-brasil-ocupa-o-4o-lugar-em-casamentos-infantis-no-mundo/>. Acesso em: 24 maio 2025.

CUNHA JÚNIOR, D. Da. **Curso de Direito Constitucional**. ed.9. Editora Jus Podivm. Salvador, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2024. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2024/07/anuario-2024.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

GRASSO, Mariana. STJ: relação sexual entre homem de 20 anos e menina de 13 anos não foi estupro. **CNN Brasil**, 6 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/stj-relacao-sexual-entre-homem-de-20-anos-e-menina-de-13-anos-nao-foi-estupro/>. Acesso em: 24 set. 2024.

GRECO, Rogério. **Direito Penal Estruturado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Método, 2023. [E-book]. Disponível em: [https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647651/epubcfi/6/38%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dpt2chapter06%5D!4/398/4/2/4/2/5:0%5B%2C%5E\).%20%5D.%20%5D](https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559647651/epubcfi/6/38%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dpt2chapter06%5D!4/398/4/2/4/2/5:0%5B%2C%5E).%20%5D.%20%5D). Acesso em: 17 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA. STJ entende que não há estupro de vulnerável em relação entre homem de 20 anos e menina de 13. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/12176/>. Acesso em: 17 nov. 2024.

MACHADO, Martha de T. **A proteção constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. Barueri: Manole, 2003. E-book. p. 145. ISBN 9788520443477. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788520443477/pageid/145>. Acesso em: 15 nov. 2024.

MADALENO, Rolf. **Direito de Família**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2024. E-book. p. 41. ISBN 9788530995201. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530995201/epubcfi/6/48%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml24%5D!4/88/2>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MIRABETE, JulioFabrini. **Manual de direito penal**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

NUCCI, Guilherme de Spuza. **Manual de direito penal: parte geral, parte especial**. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Assembleia Geral da ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 15 nov. 2024.

POLI, Cris. **Viva a infância: ajude seu filho a ser criança para se tornar um adulto realizado**. 7. ed. São Paulo: Gente, 2023.

STJ entende que não há estupro de vulnerável em relação entre homem de 20 anos e menina de 13. **Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM)**, 4 set. 2024. Disponível em: <https://ibdfam.org.br/noticias/12176/>. Acesso em: 14 nov. 2025.

STJ: relação sexual entre homem de 20 anos e menina de 13 anos não foi estupro: Segundo Tribunal não existiam elementos que indicassem que homem se aproveitou da adolescente. **CNN Brasil**, 4 set. 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/stj-relacao-sexual-entre-homem-de-20-anos-e-menina-de-13-anos-nao-foi-estupro/>. Acesso em: 15 abr. 2025.

UNICEF Brasil. **Convenção sobre os Direitos da Criança**. Assembleia Geral da ONU em 20 de novembro de 1989. Entrou em vigor em 2 de setembro de 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca>. Acesso em: 14 abr. 2025.

UNICEF Brasil. **Declaração de Genebra, 26 de setembro de 1924**: Pela presente Declaração dos direitos da criança, conhecida como Declaração de Genebra, os homens e mulheres de todas as nações reconhecem que a humanidade deve dar à criança o melhor que tem, afirmando seus deveres, independentemente de qualquer consideração de raça, nacionalidade ou credo. Genebra: Sociedade das Nações, 1924. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/22021/file/Declaracao-de-Genebra-1924.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

UNICEF Brasil. Nos últimos 5 anos, 35 mil crianças e adolescentes foram mortos de forma violenta no Brasil, alertam UNICEF e Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Comunicado de imprensa**, 22 out. 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/nos-ultimos-cinco-anos-35-mil-criancas-e-adolescentes-foram-mortos-de-forma-violenta-no-brasil>. Acesso em: 2 jun. 2025.